



PODER

“Nosso compromisso é com a Constituição”

Ministro Edson Fachin toma posse como presidente do STF e enaltece a independência do Poder Judiciário. Segundo ele, a Corte não é “submissa ao populismo”. Magistrado que relata a trama golpista, Alexandre de Moraes assume como vice

» LUANA PATRIOLINO
» ALÍCIA BERNARDES

Empossado ontem como o novo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), o ministro Edson Fachin fez um discurso em prol da harmonia e da independência entre os Poderes da República. De perfil discreto e contra a espetacularização da Justiça, ele falou em pacificação, mas sem ignorar os desafios nacionais e internacionais que enfrentará no cargo. Segundo o magistrado, a Corte não é “submissa ao populismo”.

Fachin comandará o Supremo e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para o biênio 2025-2027. Na mesma solenidade, o ministro Alexandre de Moraes foi empossado como vice.

“A independência judicial não é um privilégio, e, sim, uma condição republicana. Um Judiciário submisso, seja a quem for, mesmo que seja ao populismo, perde sua credibilidade. A prestação jurisdicional não é espetáculo. Exige contenção”, afirmou.

O novo presidente rechaçou as alegações de ativismo judicial da Corte e fez distinção entre o STF e a política. “Nosso compromisso é com a Constituição. Repito: ao direito, o que é do direito. À política, o que é da política.” Ele reiterou a necessidade de união dos integrantes do Supremo e ressaltou: “Nossa expectativa é simples: mesmo no dissenso e no conflito, conviver sem renunciar à paz”.

O ministro também afirmou que o país vive tempos de novos desafios para a institucionalidade. Segundo ele, a manipulação da informação — frequentemente potencializada nas plataformas digitais — e a desinformação “testam nossas instituições”.

“A revolução digital não é um fim em si mesma. Ela deve estar a serviço da cidadania e da inclusão. Quanto mais digital, acessível e transparente, mais aproxima o Judiciário do povo, ao mesmo tempo em que reduz barreiras e amplia a compreensão pública sobre sua atuação”, declarou.

No discurso, Fachin mencionou os valores que vão guiá-lo em sua gestão: “Os direitos humanos e fundamentais, a segurança jurídica, a transparência, bem como a sustentabilidade, a integridade e a ética, e, ainda, a eficiência e a efetividade, a diversidade e a equidade, a cooperação e a valorização das pessoas, os

Memória

Operação Lava-Jato

O ministro Edson Fachin foi empossado no STF em junho de 2015. Em 2017, após a morte de Teori Zavascki, passou a relatar os processos Lava-Jato. É dele a decisão que declarou a 13ª Vara Federal de Curitiba como incompetente para julgar Luiz Inácio Lula da Silva (PT) nos processos envolvendo o triplex no Guarujá, o sítio em Atibaia e o Instituto Lula. O despacho anulou as condenações envolvendo o triplex e o sítio e reabilitou Lula para se candidatar nas eleições de 2022.

Fachin declarou a 13ª Vara Federal de Curitiba incompetente para julgar os processos contra Lula e determinou o envio das ações para a Justiça do DF. Ele votou contra a suspeição do ex-juiz Sergio Moro, mas foi voto vencido na Segunda Turma do STF, que declarou Moro parcial nos julgamentos. As decisões resultaram na anulação das condenações.

‘seres humanos de carne e osso’, com acessibilidade e inclusão”.

Fachin reforçou o combate à corrupção. “Há ainda um grave desafio. Cumprir vigiar o ‘cupim da República’, como o denominou Ulisses Guimarães, porquanto devem os gestores e titulares de funções públicas em geral, de todos os 11 poderes, resistir aos apelos de Circe, que mesmeriza e distorce o espírito republicano. A resposta à corrupção deve ser firme, constante e institucional. O Judiciário não deve cruzar os braços diante da improbidade”, enfatizou.

O magistrado assume o STF com um acervo de 3.135 processos sob sua responsabilidade. A maior parte é composta por recursos extraordinários, que somam 2.966 ações. Esses recursos podem ser redistribuídos aos demais ministros, caso sejam aceitos. Outros 169 processos já iniciaram tramitação no STF e também aguardam análise da presidência.

Gustavo Moreno/STF



Os ministros Edson Fachin e Alexandre de Moraes se cumprimentam durante a cerimônia de posse no Supremo Tribunal Federal

Perfis

Edson Fachin

Antes da chegada ao STF, o ministro Luiz Edson Fachin, 67 anos, nascido em Rondonia (RS), atuou como advogado, procurador jurídico, procurador-geral do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e procurador do Estado do Paraná. Formado em direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), tem mestrado e doutorado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e pós-doutorado no Canadá. Foi professor titular de direito civil da UFPR de 1999 até sua nomeação para o STF, em 2015. Foi presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de fevereiro a agosto de 2022.

Fachin enfrentou uma das mais longas e duras sabatinas no Senado. Foram 11 horas de audiência na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), onde ele foi aprovado por 20 votos favoráveis e sete contrários. O recorde negativo da indicação dele foi quebrado, depois, por André Mendonça (47 votos a favor, 32 contra) e Flávio Dino (47 a

favor, 31 contra). Fachin ocupou a vaga deixada por Joaquim Barbosa. Na ocasião, tentou se descolar de suposto vínculo com o PT.

Na vida pessoal, Fachin é discreto, mas costuma exaltar a família sempre que tem oportunidade. Ele também não esconde a origem humilde e o fato de ter começado a trabalhar cedo. “Uma fê moldou a minha história. Como tantas mulheres brasileiras, minha mãe contou com a educação como caminho de transformação. Fui para a cidade grande estudar, sem passagem de volta. E, hoje, estou aqui. Da escola rural em que recebi das mãos de minha mãe as primeiras letras ao me alfabetizar, guardo o melhor da minha formação: a fúria e o compromisso”, contou.

Outro desafio de Fachin é pautar temas de grande impacto social e econômico, como o trabalho por aplicativos, a chamada “uberização”. A Corte também deve continuar o andamento das ações de acusados pelos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023 — que culminaram na depreciação dos prédios dos Três Poderes —, além de processos como os relacionados às emendas parlamentares e à lei da anistia.

Alexandre de Moraes

O ministro Alexandre de Moraes nasceu em São Paulo, em 13 de dezembro de 1968. Formado em direito pela Universidade de São Paulo (USP), é doutor e livre-docente em direito do Estado pela mesma instituição, onde também exerce a docência.

Iniciou a carreira como promotor de Justiça no Ministério Público de São Paulo, cargo que ocupou de 1991 a 2002. Foi secretário de Justiça e de Segurança Pública do Estado de São Paulo e ministro da Justiça e Segurança Pública em 2016.

Nomeado pelo então presidente Michel Temer, tomou posse no Supremo em 22 de março de 2017. Presidiu o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) entre agosto de 2022 e junho de 2024.

Ministra Cármen Lúcia ressalta gravidade do momento no Brasil

A presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e ministra do STF, Cármen Lúcia, disse, ontem, durante a solenidade de posse do ministro Edson Fachin como presidente da Suprema Corte, que a troca do comando da instituição ocorre diante da “gravidade do momento experimentado” no Brasil e no mundo e, por isso, é carregada de um simbolismo maior. A magistrada destacou a vigilância dos ministros pela preservação da democracia e o papel do colega no posto.

“Essa poderia ser mais uma posse das 62 que agora se completa. Mas, neste caso, a posse de novos dirigentes do Supremo Tribunal Federal tem um tom mais forte da gravidade especial do momento experimentado no mundo e, especialmente, em nosso país. Este Supremo

Tribunal Federal tem a função específica de guardar a Constituição e com ela guardar-se e resguardar-se, em última instância no direito, a ordem jurídica a prever na democracia do Brasil”, frisou a ministra.

A sessão foi aberta pelo então presidente da Corte, ministro Luís Roberto Barroso. Em seguida, houve a execução do Hino Nacional, a cargo do Coral Supremo Encanto, composto por servidores e colaboradores do tribunal. Cármen Lúcia discursou em nome da instituição. Ela apontou o momento conturbado no país.

“Os juízes desta Casa têm ciência das específicas tribulações de nosso tempo, que impõem uma ininterrupta vigilância dos valores e princípios da democracia, tão duramente conquistada no Brasil e recentemente novamente

agredida, desconsiderada, ultrajada por antidemocratas, em vilipêndio antipatriótico e abusivo contra o Estado de Direito vigente. A ditadura é o pecado mortal da política”, ressaltou.

No discurso, Cármen Lúcia afirmou que atentar contra a democracia é “violentar esta Constituição, desprezitar a cidadania que a conquistou, enfraquecer o Estado de Direito”.

Dever

“Ter esperança é um dever de humanidade, mas não há como se apegar a um dever sem substrato social e jurídico a impor sua observância. A gravidade do momento histórico impõe, especialmente, ao juiz, à juíza, o dever de conduzir-se no sentido de voltar a sua atuação na busca da concretização dos

Antonio Augusto/STF



Os juízes desta Casa têm ciência das específicas tribulações de nosso tempo, que impõem uma ininterrupta vigilância dos valores e princípios da democracia, tão duramente conquistada no Brasil e recentemente novamente agredida, desconsiderada, ultrajada por antidemocratas”

Cármen Lúcia, ministra do STF

direitos e na garantia da concórdia”, acrescentou a ministra.

A solenidade, acompanhada por autoridades dos Três Poderes, foi marcada por discursos em defesa da democracia, do diálogo institucional e da preservação das garantias constitucionais. O procurador-geral da República, Paulo Gonet, ressaltou o perfil “sóbrio e elegante” de Fachin, destacando que essas qualidades refletem não apenas o estilo pessoal do ministro, mas também sua forma de conduzir os debates jurídicos.

Gonet lembrou decisões do novo presidente do STF em defesa das minorias, como a imprescritibilidade da injúria racial, a proteção dos povos indígenas e a igualdade étnico-racial. “Sem refugos retóricos, afirmou: ‘Há racismo no Brasil!’ Advertiu, com a ênfase exigida, que é uma chaga infame que marca a interface entre o ontem e o amanhã”, destacou o chefe do Ministério Público Federal (MPF). Para ele, a parceria de Fachin com Moraes no comando da Corte assegura “a defesa firme e técnica dos valores constitucionais”. (LP e AB)